



ANÁLISE DAS DISCIPLINAS PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO REPUBLICANO: O CASO DO GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU – RN (1909-1920)

Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz¹
Maria Inês Sucupira Stamatto²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar como as disciplinas ensinadas nos Grupos Escolares contribuíram para a formação do cidadão republicano norte-rio-grandense, tomando como exemplo o Grupo Escolar Barão do Mipibu. Para o recorte temporal, definiu-se o período de 1909 a 1920, contemplando assim o estudo dos primeiros anos de existência dessas instituições no estado. Compreende-se que este estudo traz uma colaboração para a História da Educação Brasileira, já que visa possibilitar o conhecimento da organização da educação do Rio Grande do Norte do início do século XX e permitir uma reflexão sobre a importante função dos grupos republicanos para a sociedade. Na construção do trabalho, foram analisados os seguintes documentos: os Diários de Classe do Grupo Barão do Mipibu; a legislação educacional e os Termos de Visitas dos Diretores de Instrução Pública. Para auxílio no referencial teórico, utilizaram-se as contribuições de Chervel (1988), Le Goff (1994) e Castoriadis (1982). Por fim, entende-se que as disciplinas escolares ensinadas nos Grupos foram um dos meios utilizados como instrumento pelo governo para a formação do imaginário social republicano no estado, pois a escola foi se tornando um lugar de disseminação dos valores e ideais da República.

Palavras-chave: Grupo escolar. Programas escolares. República.

NALYSIS OF THE DISCIPLINES FOR THE FORMATION OF THE REPUBLICAN CITIZEN: THE CASE OF THE SCHOOL GROUP BARÃO DE MIPIBU - RN (1909-1920)

Abstract

The present paper objective is to analyze how the school subjects taught in the School Groups contributed to the formation of the Rio Grande do Norte republican citizen taking as example the Barão de Mipibu School Group. The temporal window used was the period from 1909 to 1920 which contemplates the study of the first existence years of those institutions in the state. This paper brings a contribution to the Brazilian Education History in the sense that it allows the knowledge of the organization of the Rio Grande do Norte education in the beginning of the XX century. The following documents were analyzed in the construction of this work: the Class Diaries of the Barão de Mipibu School Group, the educational legislation, and the Terms for Visiting from the Public Institution Directors. This paper used the contributions of Chervel (1988), Le Goff (1994), and Castoriadis (1982) for theoretical reference. This paper concludes that the school subjects taught in the School



Groups were one of the instruments used by the government for the formation of the republican social imaginary on the state as the school became a place to disseminate the Republic values and ideals.

Keywords: School group. School programs. Republic.

INTRODUÇÃO

O advento da República no Brasil trouxe novidades na organização do ensino primário: a implantação dos grupos escolares, os quais eram, em geral, a junção de três ou mais escolas isoladas em um mesmo prédio, sendo estruturadas com no mínimo uma escola infantil mista (meninos e meninas), uma elementar do sexo feminino e uma do masculino, a primeira e a segunda ministradas por uma professora e a terceira por um professor. No Rio Grande do Norte, o Artigo 22 define: “Grupo Escolar é a federação de escolas, sob um plano uniforme e uma direção comum, mantendo cada uma sua economia interna”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 122). Além disso, possibilitou-se a instalação da escola seriada ou graduada, na qual os alunos eram separados segundo a faixa etária, e eram atendidas, em geral, crianças de 7 a 12 anos, ocasionando o surgimento das classes anuais. Esse tipo de escola apresentava também novidades no fazer pedagógico através do método intuitivo ou Lição de coisas, e no espaço físico escolar, com as intervenções higienistas, buscando colocar em prática ideias acerca da educação que vinham sendo discutidas desde a segunda metade do século XIX.

Esse modelo de ensino, com as suas ideias e estrutura, logo ganhou a simpatia dos republicanos nos estados brasileiros, sendo paulatinamente implantado ao longo das primeiras décadas do século XX. O estabelecimento dos grupos escolares não foi feito de forma homogênea e nem alcançou todos os lugares do país, concentrando-se nas capitais e nas sedes de municípios, porém acabou se tornando símbolo de progresso e ordem do primeiro tipo de escola republicana brasileira, em que a educação era vista como a redentora de todos os males da sociedade brasileira.

No Rio Grande do Norte, o governo procurou criar vários grupos escolares em todo o estado, a começar pelo Grupo Escolar Augusto Severo (Decreto n. 174, de 5 de março de 1908), que se encontrava na capital, Natal, e se tornou o modelo para os demais que fossem instituídos depois. O fato de serem criados não significava terem seus prédios prontos para uso, pois, em geral, primeiro se criavam os grupos por decreto, reunindo-se escolas da localidade, e já começavam a funcionar em lugares cedidos ou alugados, enquanto o edifício era construído, o que significava que o prédio poderia demorar anos até estar pronto para ser usado.

O Grupo Escolar Barão de Mipibu, localizado na cidade de São José de Mipibu, no agreste Norte-Rio-Grandense, foi criado em 1909, através do Decreto nº 204, de 12 de agosto de 1909 (RIO GRANDE DO NORTE, 1909, p. 83), e inserido nessa política educacional do governo estadual, que pretendia criar grupos escolares no estado.



Figura 1 – Grupo Escolar Barão de Mipibu, 1960.

Fonte: AMARAL, 2009.

Foi um dos poucos grupos criados com sede própria pronta. A construção do prédio data do ano de 1879 e foi realizada pelo capitão engenheiro Urbano Joaquim Loyola Barata, por ordem do barão, o capitão Miguel Ribeiro Dantas, para ser uma escola voltada às crianças da região, ficando conhecida pelo nome de *Casa de Instrução Pública*. (BARBALHO, 1960). Mais tarde, em 1909, em homenagem ao seu patrono que havia recebido o título de Barão do Mipibu, a escola se tornou *Grupo Escolar Barão de Mipibu*.

A edificação do estabelecimento escolar por si só já mostra uma novidade, pois não era comum a construção de prédios escolares para a educação primária no Império. (STAMATTO, 2005). Um edifício planejado e executado para abrigar uma instituição educacional, especialmente uma escola primária, era algo inusitado para o período. Além disso, a escolha da arquitetura da obra também revela a atenção com as ideias discutidas ao final do período imperial, porque se contrapondo aos aspectos barrocos da maioria das cidades brasileiras, o grupo escolar Barão de Mipibu trazia características do neoclassicismo com suas linhas retas e a ausência de muito preenchimento na decoração. Essa tendência arquitetônica que seria bastante usada nas primeiras décadas do século XX no Brasil traduzia para os grupos republicanos instalados nos governos estaduais as novidades do espaço físico: o prédio como representação da razão, da ordem, da leveza, da modernidade, contrapondo-se ao barroco marcado pelo exagero e que representava o turbilhão das emoções, lembrando o passado ‘atrasado’ dos tempos colonial e imperial.



Figura 2 – Placa de Homenagem ao Barão de Mipibu.

Fonte: Cruz, 2014.

A modernidade do prédio não se percebia somente na arquitetura, mas também em outros aspectos da construção, visto que já apresentava atenção às questões higienistas da época, pois fora construído em alvenaria de tijolos de cerâmica, com o pé direito elevado, o ambiente interno composto de salas de aulas amplas e arejadas, com portas que não se ligavam entre as salas e com banheiros externos com fossa, esgoto e reservatório de água e uma área livre.

O prédio, as festividades, as normas e as disciplinas escolares foram instrumentos para a formação do cidadão que a República pretendia. A utilização da escola como meio para alcançar tal fim se fazia necessária, porque o novo sistema de governo do Brasil precisava disseminar os seus valores e torná-los enraizados na população.

Contudo, para se alcançar tal objetivo, concorda-se com Carvalho (1990, p. 10): era preciso forjar um imaginário coletivo, uma vez que era através deste que seria possível ‘modelar condutas’ e acrescentar valores novos, pois:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. [...] na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.

Entende-se que a formação do imaginário estava relacionada ao ensino das disciplinas, porque era através destas que seria disseminada a imagem que os republicanos queriam imprimir na sociedade brasileira e assim divulgar os seus valores e ideais.

A respeito do imaginário coletivo, explica Le Goff (1994): pode-se encontrá-lo em tudo na vida do homem e das sociedades; é tão real quanto a realidade, como também afirma Castoriadis (1982). A História do imaginário é feita através das imagens, mas não por ela mesma; preocupa-se com as imagens mentais, verbais e visuais coletivas. É o âmbito do coletivo que interessa estudar e ver como são atingidas pelas mudanças da História; como causam articulações, transformação, multiplicidade de significados. Encontra-se como um fenômeno coletivo, social e histórico. O imaginário passa a ser visto como algo inerente à



realidade, e sem esse, a História se torna “[...] mutilada e descarnada.” (LE GOFF, 1994, p. 16).

O “[...] imaginário alimenta o homem e fá-lo agir”. (LE GOFF, 1994, p. 16). A partir do pensamento do autor, entende-se que o imaginário republicano foi sendo formado através da imagem construída pelo governo e que teve contribuição importante da educação e particularmente das disciplinas ensinadas na época. É através desse posicionamento que se pretende apresentar a pesquisa.

OGRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU E A REPÚBLICA

No período republicano, a vida escolar foi regulamentada por uma legislação própria, que direcionava todos os procedimentos que deveriam ocorrer na instituição, bem como quem deveria ensinar e como isso teria que acontecer. A escola graduada deveria seguir todas as orientações sob a vigilância de órgãos criados para esse intuito, como a função de diretor escolar e da Diretoria de Instrução Pública. Esses cuidados ocorriam para que os objetivos traçados pelo governo fossem colocados em prática, então, inferiu-se que, através disso, fosse forjado nas novas gerações o imaginário republicano.

Uma das preocupações com a formação dos valores na República recém-instalada, e que na legislação educacional do Rio Grande do Norte buscava-se atender, era a necessidade de um corpo docente que partilhasse com as diretrizes do novo regime. Esses docentes deveriam ser profissionais que estivessem aptos e tivessem sido formados dentro das concepções vigentes na proposta dos Grupos Escolares. Assim, a lei determinava, no Art. 3: “[...] a preparação técnica para o magistério primário far-se-á na Escola Normal e Escola Modelo, mantidos na capital do Estado”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 120).

Contudo, existia uma carência para a indicação dos cargos docentes, principalmente de pessoas que tivessem uma formação voltada para os valores republicanos, já que a Escola Normal que formava os professores do ensino primário só foi reinaugurada em 1908, juntamente com o Grupo Escolar Modelo Augusto Severo, um ano antes da criação do Grupo Escolar Barão de Mipibu. Portanto, os alunos da Escola Normal, no ano da inauguração do Grupo em estudo, ainda não estavam formados para assumir turmas escolares.

Assim, logo nos primeiros anos da criação do Grupo Escolar Barão de Mipibu, o quadro de professores sofreu mudanças. Não se sabe ao certo a origem dos primeiros professores que estavam na escola. Contudo, encontra-se o nome dos novos professores do Grupo na obra de Luís da Câmara Cascudo (1999), o qual se refere a esses e a outros docentes como pertencentes ao Grupo Escolar Modelo Augusto Severo. Na lista foram localizados os nomes de Severino Bezerra e Judith Castro, que se tornaram professores do Grupo Escolar Barão de Mipibu a partir de 1911, dois anos depois da criação do Grupo, e permaneceram até 1921 e 1919, respectivamente. É ao diário de classe desses dois docentes que se teve acesso na pesquisa.

As mudanças e transferências realizadas no quadro docente do Grupo Escolar Barão de Mipibu mostram a preocupação que a Diretoria de Instrução tinha de que os professores dos Grupos Escolares do Estado possuíssem um corpo docente formado nas novas

concepções e assim fossem capazes de transmitir o conhecimento segundo os interesses do novo governo que se instalara.

Portanto, supõe-se que os professores transferidos para o Grupo Escolar Barão de Mipibu, ao virem do Grupo Modelo da capital, traziam em suas práticas os princípios do *Método Intuitivo* ou *Lição de Coisas* ensinado na Escola Normal e da noção da importância da escola para a formação do cidadão republicano.

Percebe-se que a legislação educacional era explícita com os princípios da preparação profissional dos docentes segundo as concepções republicanas, pois o artigo 55º do Decreto nº 239 de 15 de dezembro 1910 prescrevia que além da preocupação com o preparo intelectual, o professor deveria, sobretudo, ser formado no caráter e espírito. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910). Essa formação era compreendida a partir dos fundamentos republicanos, embasados no Positivismo, que em seus pressupostos defendia uma educação laica e científica.

Outro aspecto importante que se nota a partir da legislação foi o da forma como foi proposta a formação docente, observando-se as disciplinas obrigatórias. A grade curricular da Escola Normal apresentava muitas das disciplinas que os alunos do primário deveriam aprender, e ambas possuíam em sua raiz a preocupação em formar o cidadão republicano. No quadro abaixo, apresentam-se as disciplinas estudadas pelos normalistas e que deveriam estar também no currículo da escola seriada.

Quadro 1 – Parte da Grade curricular da Escola Normal de Natal – RN (1910).

DISCIPLINAS DA ESCOLA NORMAL ENSINADAS NA ESCOLA PRIMÁRIA	Português e Caligrafia
	Trabalhos Manuais
	Exercícios Físicos
	Aritmética, Álgebra e Geometria Concreta
	Geografia, História do Brasil
	Noções de Higiene
	Instrução Moral e Cívica
	Economia Doméstica
	Desenho Natural
	Música

Fonte: Cruz, 2014a.

A partir da análise da legislação, nota-se que a formação do professor normalista vinha prescrita e direcionada aos conteúdos que deveriam ser ensinados às crianças, e supõe-se que também deveriam passar o conteúdo segundo a sua finalidade, que era, através dessas disciplinas, formar a moral, o intelecto e o físico dos alunos. Nessa perspectiva, ressalta-se a ausência do ensino religioso e o acréscimo de disciplinas como Noções de Higiene e Instrução Moral e Cívica.

Outras disciplinas, além das mencionadas no quadro 1, faziam parte da grade curricular dos professores, conforme revela o quadro abaixo.



Quadro 2 – Parte da Grade curricular da Escola Normal de Natal– RN (1910).

OUTRAS DISCIPLINAS ENSINADAS NA ESCOLA NORMAL	Noções de latim comparado
	Francês prático e teórico
	Inglês prático e teórico
	História da Civilização
	Noções de Física
	Química Natural
	História Natural
	Pedagogia
	Legislação escolar

Fonte: Cruz, 2014b.

Completando a grade curricular do normalista, as disciplinas do quadro 2 tornam visível o caráter mais científico do programa da Escola Normal com a inclusão de matérias como Noções de Física, Química Natural e História Natural.

Compreende-se que os professores que foram ensinar no Grupo Escolar Barão de Mipibu, de forma particular os que saíram do Grupo Escolar modelo, estavam inseridos nesse contexto de formação, não havendo muito espaço para inovar nas aulas, nos métodos e nos conteúdos a serem trabalhados. Reafirmando o que Chervel (1988) revela acerca da história das disciplinas, a maior função dos professores era apresentar aos alunos as disciplinas previamente definidas nos programas escolares.

Isso fica explícito nas determinações da legislação escolar, pois colocavam sob a responsabilidade do Diretor Geral da Instrução a elaboração do Regimento Interno dos Grupos Escolares e os programas dos cursos, retirando-se a autonomia do professor na seleção dos conteúdos a serem ensinados. Além disso, o material escolhido, a saber: cartilhas, livros didáticos e método aplicado em sala de aula, eram orientados pela Diretoria Geral de Instrução Pública e precisavam ser adotados segundo sua deliberação, conforme estava estipulado na legislação: “Art. 148º - compete ao Diretor Geral organizar o regimento interno das escolas, horários da classe, programas de ensino e instruções para a sua perfeita execução, sujeitando-as à aprovação do Governo do Estado, que os mandará vigorar”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 138).

Reafirmava-se, ainda, nos Incisos 10º e 11º do Artigo 166º do Decreto nº 239 de 15 de dezembro 1910, que era de atribuição do Diretor Geral: “10º - Organizar os programas primários e rever os dos cursos em geral; 11º - Expedir instruções pedagógicas e atos referentes ao ensino”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 146).

Segundo os artigos 169º e 170º, o Diretor Geral de Instrução era auxiliado por um conselho de instrução nas decisões, estudos e aplicações das leis educacionais, porém, aos participantes do conselho, era concedida voz apenas em caráter consultivo. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910).



Essa atenção em criar normas para reger a organização e o currículo dos Grupos Escolares denotava a finalidade em alinhar a educação, nesse período, aos valores republicanos. A preocupação na escolha do modelo educacional, nas disciplinas pensadas e estruturadas, a ênfase na importância de como ensiná-las revelava o intuito de formar cidadãos aos moldes da República que se consolidava.

Nessa perspectiva, podem-se identificar elementos do pensamento positivista na organização do currículo escolar no início da República. Um exemplo que se pode constatar na legislação educacional do Rio Grande do Norte foi o momento em que é apresentada a finalidade da educação primária: “[...] com o tríplice fim intelectual, moral e físico.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1911, p. 920). Essa parte da escrita da lei expressa claramente em quais princípios a educação deveria ser fundamentada. O tripé exposto acima na legislação era fundamentado nos princípios positivista sem propor um ensino laico, com respaldo no civismo e na modernidade que incorporasse a ideia de progresso e higienismo.

A educação intelectual era voltada para o ensino enciclopédico e cientificista. O ensino voltado para a moral pretendia formar o caráter dos jovens através de valores como o altruísmo e o amor à Pátria, e não através da formação religiosa. Há, por último, e não menos importante, a educação do físico, que tinha seu apoio nas ideias higienistas e eugenistas.

Contudo, como fiscalizar se a educação estava sendo realizada segundo o que fora determinado pela legislação? Para isso, existia um mecanismo organizado a partir de um corpo administrativo que se apresentava para, dentre outras funções, fiscalizar o ensino. Por isso, além do Diretor da Instrução e dos inspetores, o cargo de diretor do Grupo Escolar foi uma das funções criadas para “[...] cumprir e fazer cumprir as leis do ensino e as instruções da Diretoria Geral.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1911, p. 106). Por sua vez, os incisos 2º e 3º, respectivamente, prescreviam que o diretor geral era responsável por “[...] exercer diretamente ou por intermédio dos Inspetores de ensino a fiscalização e inspeção técnica” e “Executar e fazer cumprir as leis, regulamentos e ordens do governo relativo à espécie”. (RIO GRANDE DO NORTE, 1911, p. 123).

Mas, além da função do diretor do Grupo, para saber se os programas curriculares estavam sendo executados, a Diretoria da Instrução visitava cada um, fiscalizando-os, como indica o Termo de Visita do Diretor Geral ao Grupo Escolar Barão de Mipibu, no ano de 1918:

O método pelo qual se está fazendo o ensino da leitura é o analítico sintético baseado na “Nova cartilha” de Marciano Oliveira e de conformidade com as instruções expedidas oficialmente. Todas as disciplinas do horário são lecionadas de acordo com o horário oficial e seguindo o programa e os processos de ensino indicados pelo Diretor de Instrução Pública. [...] A leitura é dada em livros aprovados oficialmente, e os trabalhos gráficos são feitos em cadernos apropriados. (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU, 1929).

Era uma prática recorrente dos Diretores de Instrução Pública e Inspetores procurar fiscalizar qual era o método, o material didático utilizado, bem como o cumprimento dos horários no ensino dos grupos, observando se estavam de acordo com as orientações da Diretoria, segundo apresenta o termo de visita acima. Durante essas visitas, outro objeto fiscalizado eram Os Diários de Classe, porque era neles que se encontravam discriminadas



as aulas dadas em um determinado período. Tomando o caso do Grupo Escolar Barão do Mipibu, observa-se que na visita realizada em 1918 à escola masculina, o diretor de instrução geral descreve a situação dessa escola, fazendo as observações necessárias para o melhor andamento da mesma, apontando a necessidade de correção para que os diários fossem feitos a partir das orientações da Diretoria. Isso mostra o alto controle da atuação docente, da atenção e da importância que se dava a toda escrituração.

A escola isolada³ masculina do Grupo Escolar Barão de Mipibu, regida pelo professor Severino Bezerra de Melo, foi ontem e hoje por mim inspecionada, encontrando a escrituração em dia e devidamente lançada, com exceção da matrícula dos alunos, que não está ainda completa, e do Diário de Classe, onde se mostram algumas falhas, para cuja correção informei ao professor as instruções necessárias. (GRUPO ESCOLAR BRAÃO DE MIPIBU, 1921).

Portanto, ao chegarem aos grupos escolares, os professores encontravam as disciplinas já estruturadas e organizadas, vindas da legislação educacional, que buscava apresentar um programa de ensino voltado para a tríplice formação do aluno, compreendida pela educação física, intelectual e moral da criança. (RIO GRANDE DO NORTE, 1911). Havia também uma fiscalização que tentava controlar a atuação do professor em seu método, seus materiais e nos conteúdos ensinados nas instituições escolares.

DISCIPLINAS ESCOLARES E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO REPUBLICANO

Os programas curriculares implantados nos grupos escolares traziam em si as intenções do governo republicano, e segundo Fonseca (2004), era nos programas que se definiam as disciplinas, os conteúdos, as metodologias e os materiais didáticos a serem utilizados na escola.

Chervel (1988, p. 15) afirma que nenhuma disciplina escolar é ensinada sem objetivo e que no início do século XX, objetivava-se moldar o espírito de forma sutil:

Finalidades mais sutis, da socialização do indivíduo no sentido amplo, da aprendizagem da disciplina social, da ordem, do silêncio, da higiene, da polidez, dos comportamentos docentes, etc. [...] A educação dada e recebida nos estabelecimentos escolares é, à imagem das finalidades correspondentes, um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados.

Assim, através da seleção e do uso dos conteúdos escolares, percebe-se que as “finalidades sutis” das disciplinas foram sendo enraizadas no imaginário daquela geração. Além dos conhecimentos básicos de leitura, escrita e contar, o aluno desse período precisava saber ser sociável, necessitava aprender como se portar diante da sociedade, a partir de novas concepções de um novo regime político que se instalava no país. Para as crianças que frequentavam a escola, havia o objetivo de lhe serem apresentadas as letras e os números, mas também de que aprendessem a ser um cidadão republicano.

Os Diários de Classe do Grupo eram instrumentos de anotação do dia a dia da sala de aula. No trecho abaixo, da professora Judith de Castro, do dia 17 de junho de 1918, encontram-se na sua estrutura os seguintes elementos, a saber, o horário, a matéria, o assunto



e a descrição de como teria sido demonstrado o conteúdo. Com isso, é possível compreender como eram organizadas as disciplinas e como eram ensinadas no Grupo Escolar Barão de Mipibu.

Quadro 3 – Transcrição de trecho do Diário de Classe da Escola Feminina do Grupo Escolar Barão de Mipibu (1918).

HORÁRIO	MATÉRIA	PONTO A TRATAR	DEMONSTRAÇÃO
9,5 – 9,25	Leitura e Escrita	1ª seção: Leitura da pág. 42 da “Nova Cartilha” 2ª) cópia de um trecho da lição do dia.	“Clarinha e Florinda estavam brincando muito alegres”.
9,25 – 9,45	Escrita e Leitura	1ª seção: cópia das palavras da lição. 2ª) Leitura da pág. 40 das “Páginas infantis”	“Se eu fosse você”.
9,45 – 10	História Pátria	As duas seções: Os colonizadores e Caramauru Descoberta – Cabral (recapitulação)	
10h – 10,10	Calhistênica	As duas seções: flexão e rotação do tronco. Distensão dos braços e marcha com canto.	
10,10 – 10,30	Cálculo	1ª seção: Somar e diminuir dentro de 1 a 90; 2ª) pequenos cálculos de multiplicar de 100 a 150.	8+8; 9+9; 10 +10, etc. 2 x 2; 8+2, 9 x 2, etc. 22 x 4, 33 x 6 etc.
10,30 – 10,45	Declamação	As duas seções: Recitativos	
S. José, 17 de junho de 1918. A professora Judith de Castro Barbosa			

Fonte: Cruz, 2014.

Dentro das matérias ensinadas nos grupos escolares norte-rio-grandenses, inclusive no Grupo Escolar Barão de Mipibu, pode-se observar que existiam disciplinas que expressavam claramente o objetivo e a preocupação com a formação do cidadão voltada para o civismo, as quais eram: Leitura e escrita, Instrução Moral e Cívica, Noções de Geografia, Exercícios Físicos, Trabalhos Manuais, Cantos escolares e Hinos, Rudimentos de História do Brasil ou História Pátria e História do Rio Grande do Norte.

As aulas de Leitura e escrita, também conhecidas por *Leitura e caligrafia*, objetivavam a aprendizagem do escrever e ler segundo a norma culta da época. Essa disciplina se tornava importante no contexto da formação do cidadão, pois se entendia que para tornar-se cidadão capaz de exercer sua cidadania através do voto, o indivíduo deveria ser alfabetizado. Contudo, além da preocupação com a alfabetização, muitos dos textos estavam relacionados ao ensino da História Pátria. Como exemplo, no Grupo Escolar Barão de Mipibu eram reservados momentos na aula de leitura para o uso do Livro Didático de História, foi possível compreender que essas aulas apoiavam o discurso oferecido no ensino da História Pátria, prática comumente ocorrida quando as aulas de Escrita e Leitura eram dadas no mesmo dia que a disciplina de História.

A disciplina História Pátria era um dos principais componentes curriculares que buscavam forjar um imaginário republicano, já que era influenciada pelas ideias iluministas e positivistas e não estava preocupada em formar súditos fiéis, mas em moldar nas novas gerações os pensamentos republicanos, principalmente inserir na educação uma formação centrada no nacionalismo e no patriotismo. A História ensinada foi se tornando um veículo de propagação de interesses do Estado ao ser dada a ênfase na Pátria e nos seus heróis. Era a grande responsável por formar nos jovens o sentimento de pertença, de amor à Pátria e de

construir um imaginário repleto de heróis, mitos e símbolos, de homens que dedicaram a sua vida ao serviço e ao amor à Nação, pois era vista como “[...] a legitimadora da tradição nacional, da cultura, das crenças, da arte, do território”. (BITTENCOURT, 2004, p. 43).

No Grupo Escolar Barão de Mipibu, a História Pátria era ensinada através do uso do livro didático *Nossa História* de Rocha Pombo⁴, sobre o qual se encontra menção diversas vezes nos Diários de Classe.

Quadro 4 – Transcrição de trecho do Diário de Classe da Escola feminina do Grupo Escolar Barão de Mipibu, 1919.

MATÉRIA	PONTO A TRATAR	DEMONSTRAÇÃO
Escrita e Leitura	(3ª) leitura na pág. 128 do livro “Nossa Pátria” de Rocha Pombo	“Vamos agora libertar o povo paraguaio”

Fonte: Cruz, 2014.

O livro era um dos direcionados na época aos ensinamentos da História Pátria e possuía uma ilustração que representava os fatos, os heróis e as etnias nacionais, sendo dedicado ao público infantil, se apresentado de forma simples e objetiva. A História Pátria, por conseguir através de seu ensino trabalhar por excelência com noções como memória social, patrimônio e vultos históricos, nesse período, foi se tornando o carro-chefe na construção do imaginário republicano.

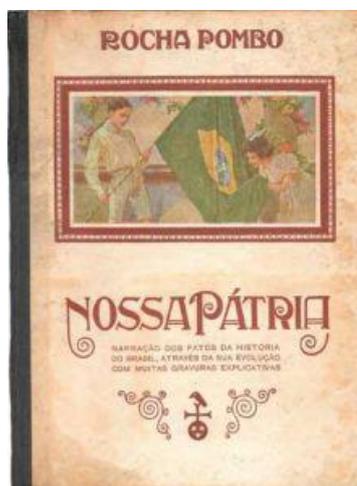


Figura 3 – Capa do livro didático *nossa pátria* de Rocha Pombo.

Fonte: ROLIM 2012.

Outra disciplina que buscava despertar no aluno o sentimento de compromisso, zelo e responsabilidade com a Pátria, como também ensinar os modos de se comportar em sociedade, colaborando com a formação do caráter cívico dos alunos, era a disciplina Instrução Moral e Cívica. Surgiu como articuladora com o ensino de História, porque “[...] visava reforçar os sentimentos patrióticos da população”. (FONSECA, 2004, p. 51).

A importância dessa disciplina era tamanha, que na legislação foi dedicado um espaço com direcionamentos claros para sua realização e que ressaltavam a sua relevância na educação dos jovens.



Art. 51 – as lições de moral serão dadas em lugar próprio, no horário de todas as classes, aproveitando-se, quanto possível, os estímulos que derivam da vida escolar, social e familiar, a oportunidade das boas ações dos alunos, para estimular ou corrigir por meio do conselho e, sobretudo, do exemplo. (RIO GRANDE DO NORTE, 1916, p. 54).

Intentava orientar acerca do proceder das crianças dentro e fora da escola. Tanto na Escola Feminina quanto na Masculina do Grupo Escolar Barão de Mipibu, os valores como o respeito e a obediência às autoridades eram ensinados, pois uma sociedade necessitava ser pautada nessas virtudes e na ordem. Era difundido nas aulas o sentimento de gratidão: os jovens precisavam aprender a ser gratos aos mais velhos, aos professores, aos pais e, por fim, à Pátria.

Além dessas orientações, na divisão de turma por sexo, estavam inseridas diferenças do ensino masculino para o feminino que as aulas de Moral e Cívica eram responsáveis por apresentar, por ser um dos meios para moldar a conduta dos cidadãos. Nos Diários de Classe da Escola Masculina do professor Severino Bezerra, ao que se pôde observar, a respeito dos meninos, a preocupação do ensino se estendia aos relacionamentos na sociedade, principalmente na rua, referente a brigas entre colegas e a andar com más companhias, que faziam bagunça nas ruas. Para as alunas da professora Judith de Castro da Escola Feminina, encontraram-se aulas em que o conteúdo lecionado era *Bons modos na escola, em casa e com os mais velhos*, a preocupação com os *Modos corretos de sentar-se, andar e conversar*. Por fim, no ensino de Moral e Cívica se preocupava com a formação de um cidadão comportado, que seguisse as normas de obediência e cordialidade esperadas na sociedade daquele período, sem muitos questionamentos e resistências. Essa disciplina visava a uma sociedade baseada na ordem. Por isso foi tão importante construir uma imagem de que o sistema republicano era aquele de que o Brasil precisava, o melhor para o país, porque como afirma Castoriadis (1982), é no imaginário que a sociedade encontra o complemento para sua ordem.

Em relação à Educação Física, disciplina que também apresentava em sua composição a difusão dos princípios republicanos, surgiu em meio aos debates acerca da educação e da higiene, da saúde do corpo. Em sua concepção existia a preocupação em formar no aluno os ideais higienistas, como os de ordem e sentimento cívico.

Art. 54 – a educação física da escola tem por fim auxiliar e regular o desenvolvimento do corpo e repousar o espírito das aplicações constantes da classe, reduz-se a exercícios dos sentidos pelo conhecimento e análise dos objetos materiais, cultivo da voz e dos órgãos vocais pelo canto, conselhos higiênicos relativos à conservação da saúde. Exercícios calistênicos (sic) durante a classe jogos recreativos moderados, independentes de aparelhos, durante os recreios e nos passeios escolares. (RIO GRANDE DO NORTE, 1916, p. 54).

Arelado ao discurso do cuidado do corpo e o seu desenvolvimento estava o de se cuidar de uma sociedade enferma, cheia de mazelas causadas pela falta de higiene. Para os higienistas, o Brasil era uma sociedade doente e atrasada por causa das inúmeras doenças existentes e que tinham em sua base a falta de higiene. (SCHWARCZ, 1993). A disciplina de Exercícios Físicos buscava ser um meio de mudar esse quadro.



Além das preocupações com a saúde, um aspecto bem explorado era o disciplinar o corpo e a alma. Nas aulas do Grupo Escolar Barão de Mipibu, era comumente explicitado que os exercícios físicos deveriam colaborar para a formação do sentimento cívico, e isso é perceptível através dos Diários de Classe que registravam as atividades realizadas e que em meio aos exercícios corporais, todos terminavam em momentos reservados a marchar (ver Quadro 3). Entre as flexões do tronco, exercícios de braços e pernas, praticava-se a marcha, ou seja, em todas as aulas de Educação Física, era destinado um tempo para os alunos marcharem, já treinando para os desfiles cívicos.

Por fim, tem-se as aulas de Cantos Escolares ou Hinos, disciplina que buscava ensinar aos alunos, através do canto, o amor à Nação. Percebe-se esse intuito através das aulas que se dedicavam ao ensaio de hinos, marchinhas e cânticos. Nos Diários do Grupo Escolar Barão de Mipibu, encontram-se momentos dedicados ao ensaio do Hino Nacional, da República, da Bandeira, dedicados ao Rio Grande do Norte como *Potiguar*, o do próprio Grupo Escolar e até mesmo ensaio de hino às árvores. Quanto às marchinhas, eram todas de cunho cívico: *Marchemos país* e *Da pátria de Camarão*⁵.

No Grupo Escolar Barão de Mipibu, essas aulas, como as demais, eram dadas dentro de um período de 15 a 25 minutos durante duas vezes no mesmo turno e duas vezes por semana, devido à importância que esse aprendizado possuía no contexto escolar da época. O intuito era formar o imaginário da geração que surgia. Essa prática colaborava para o sentimento de pertença à nação, gerando o chamado sentimento cívico. Todas as disciplinas tinham a sua contribuição para esse objetivo, contudo, as citadas acima ganhavam uma relevância maior na formação do imaginário coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola foi se tornando lugar de disseminação dos valores e das ideias republicanas. O currículo escolar foi formado a partir de uma legislação educacional própria, com disciplinas escolares que foram sendo pensadas como meio de construção desse ideário. Através da análise das disciplinas ensinadas no Grupo Escolar Barão de Mipibu, as quais estavam inseridas na dinâmica dos grupos escolares norte-rio-grandenses, pôde-se entender como as ideias que influenciavam os homens daquele período eram transpostos para o cotidiano escolar, para as aulas, e alcançavam os alunos, as gerações. No Grupo Escolar Barão de Mipibu, no dia a dia, eram trabalhadas noções de cidadania para o modelo político que se pretendia formar nos jovens, caracterizando-se pela construção imagética de um novo tempo em que o homem deixava de ser súdito e se tornava cidadão. A construção de um novo imaginário social ressignificava a função da escola na sociedade republicana, e por isso é possível entender a educação e a criação dos grupos escolares como propaganda dos governos estaduais da Primeira República.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Lúcia. **Grupo Escolar Barão de Mipibu: Orgulho mipibuense**. Natal, RN: Projeto Câmara Cultural, 2009. 1 figura.



BARBALHO, Gilberto Guerreiro. **História do município de São José de Mipibu**. Rio de Janeiro, RJ: Gráf. N P/S. A., 1960.

BITTENCOURT, Circe. **As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas**. In: PINSIKY, Jaime. (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Câmara. **História da cidade do Natal**. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Cappf. n. 38, 1988. Disponível em: <http://cappf.org.br/tikidownload_wiki_attachment.php?attId=308>. Acesso em: 25 ago. 2013.

CORNELIUS. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. **Parte da grade curricular da Escola Normal de Natal – RN (1910)**. 2014a. 1 quadro.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. **Parte da grade curricular da Escola Normal de Natal – RN (1910)**. 2014b. 1 quadro.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano. **Parte de transcrição de trecho do diário de classe da Escola feminina do Grupo Escolar Barão de Mipibu (1918)**. 2014. 1 quadro.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano. **Parte de trecho transcrito do diário de classe da escola masculina do Grupo Escolar Barão de Mipibu (1918)**. 2014. 1 quadro.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. **Placa em homenagem ao Barão de Mipibu: acervo particular de fotografias**. 2014. 1 figura.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História e ensino de história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU. **Diários de classe da escola feminina do Grupo Escolar Barão de Mipibu: 1918-1921**. São José de Mipibu, 1921.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU. **Diários de classe da escola masculina do Grupo Escolar Barão de Mipibu: 1918-1921**. São José de Mipibu, 1921.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU. **Livro de pontos de professores do Grupo Escolar Barão de Mipibu: 1909-1921**. São José de Mipibu, 1921.



GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU. **Termo de visita e exames:** 1911-1913. São José de Mipibu, 1913.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MIPIBU. **Termo de visita e exames:** 1918-1929. São José de Mipibu, 1929.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval.** 3. ed. Lisboa: Estampa, 1994. (Coleção Nova História, v. 3).

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Decreto nº 174 de 05 de março de 1908. Cria no bairro da Ribeira um Grupo Escolar denominado “Augusto Severo”. Atos Legislativos e Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: **Typ. d’A República,** 1908.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Decreto nº 204, de 12 de agosto de 1909. Cria o Grupo Escolar Barão de Mipibu em São José de Mipibu. Atos Legislativos e Decretos do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: **Tipografia de A República,** 1909.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Decreto nº 239 de 15 de dezembro de 1910. Código de ensino. Atos Legislativos e Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: **Typ. d’A República,** 1910.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Decreto nº 261 de 28 de dezembro de 1911. Cria o Código de Ensino. In: Atos Legislativos e Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: **Typ. d’A República,** 1911.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Lei nº 405 de 29 de novembro de 1916. Reorganiza o ensino primário, secundário e profissional no Estado. Atos Legislativos e Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: **Typ. d’A República,** 1916.

ROLIM, Claudiomar Matias. **Capa do Livro didático nossa história de Rocha Pombo.** 1 figura. Disponível em: <<http://claudiomar-domiolodoserto.blogspot.com.br>>. Acesso em: 07 out. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A escola da Ordem e do Progresso (Brasil: 1889-1930). **Revista da FAEBA:** educação e contemporaneidade, Salvador, v. 14, n. 24, p. 75-85, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistadafaeaba/files/2011/05/numero24.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.



Notas

¹ Mestre e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/ UFRN. E-mail: paulalcac@gmail.com.

² Professora Titular UFRN/ Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED. E-mail: stamattoines@gmail.com

³A escola isolada masculina foi reunida à mista e à feminina de São José de Mipibu para o estabelecimento do Grupo Escolar Barão do Mipibu. Todavia, o inspetor, na documentação, ainda a chamava de escola isolada para referir-se à aula do professor Severino Bezerra de Melo.

⁴ Jornalista e historiador, fazia campanhas abolicionistas e republicanas. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e escreveu vários livros de História além de *Nossa Pátria*, a saber, *História da América*, *História do Rio Grande do Norte*, *História do Paraná*.

Submetido em: 24/04/2016

Aprovado em: 14/06/2017